

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 22 DE AGOSTO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 517 - Conceder autorização para funcionamento à empresa AURORA S.A. SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, CGC nº 76.719.715/0006-75, (Proc. MJ nº 08490-1398/87), especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado de SANTA CATARINA.

(Nº 43065 - 06/09/88 - CZ\$ 17.430,00)

KURT PESSEK

PORTARIAS DE 25 DE AGOSTO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 524 - Conceder prorrogação de prazo à empresa MINASFORTE S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES no Estado do Espírito Santo, CGC nº 17.428.731/0015-30, Processo MJ nº 08285-1683/88, especializada em prestação de serviços de transporte de valores para cursar e reciclar seus vigilantes segundo os termos da Portaria MJ nº 893, de 02 de dezembro de 1987, no período máximo de 150 (cento e cinquenta) dias a contar de 08 de junho de 1988.

(Nº 43.214 - 06-09-88 - CZ\$ 14.940,00)

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 532 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa NORSEGEREL - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CGC nº 06.272.413/0010-00, (Proc. MJ nº 08475-1654/88), especializada em prestação de serviços de vigilância e transporte de valores, conforme Portaria MJ nº 005, de 07 de janeiro de 1988, em estabelecimento comercial no Estado de RONDÔNIA. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado de RONDÔNIA, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 60 revólveres calibre 38; 06 espingardas calibre 12; 1.000 cartuchos calibre 38 e 50 cartuchos calibre 12, de fabricação Nacional.

(Nº 43.158 - 06-09-88 - CZ\$ 17.430,00)

Nº 534 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa PROVIG - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA S/C LTDA, CGC nº 57.276.206/0001-56, (Proc. MJ nº 08500-10161/88), especializada em curso de formação de vigilantes, conforme Portaria MJ nº 117, de 29 de março de 1988, em estabelecimento comercial no Estado de SÃO PAULO. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado de SÃO PAULO, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 09 revólveres calibre 38; 09 revólveres calibre 22; 40.000 cartuchos calibre 38 e 30.000 cartuchos calibre 22, de fabricação Nacional.

(Nº 43.636 - 06-09-88 - CZ\$ 19.920,00)

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 533 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa SERV-SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CGC nº 14.498.786/0001-23, (Processo MJ nº 08200-11901/88), especializada em prestação de serviços de vigilância, conforme Portaria MJ nº 136, de 07 de julho de 1987, em estabelecimento comercial no Estado da BAHIA. As armas nas quantidades abaixo men-

cionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado da BAHIA, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 60 revólveres calibre 38 e 600 cartuchos calibre 38, de fabricação Nacional.

KURT PESSEK

(Nº 43321 - 06/09/88 - CZ\$ 17.430,00)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 130ª REUNIÃO, DE 25 DE JULHO DE 1988 (MANHÃ)

Às 10:00 do dia 25 de julho de 1988 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, RUY DA COSTA ANTUNES, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, ELOAR GUAZELLI, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. **Convidados presentes:** Doutores ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor da DIC/DEPEN-MJ. **II - Apreciação das Atas nºs 127ª, 128ª e 129ª** - Aprovadas à unanimidade. **III - Reunião descentralizada do CNPCP em Londrina-PR** - Pelo Presidente foi informado que o Departamento de Direito Público e o Centro de Estudos Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Londrina, ratificando convite verbal ao CNPCP encaminhou a programação relativa ao II Congresso Brasileiro de Criminologia a ser realizada do naquela localidade no período de 20 a 24 de agosto do ano em curso, oportunidade em que foi reservado horário especial para a realização das reuniões do Conselho, conforme entendimentos mantidos anteriormente com o Presidente da Comissão Executiva do Congresso - Professor HEBER SOARES VARGAS. **IV - Revista CNPCP** - Pelo Presidente foi solicitado aos Conselheiros presentes, indicação de autoridades, entidades e estudiosos que receberão as novas edições da Revista do Conselho. **V - Processos e expedientes relatados:** I) Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA - a) Processo-MJ-Nº 025907/85 - Assunto: Denúncia; VOTO: pelo encaminhamento da matéria ao DEPEN, sugerindo-se a realização de inspeção na Penitenciária de Vereda Grande-PI. **Decisão CNPCP:** Pela aprovação unânime. b) Roteiro da programação da reunião descentralizada do CNPCP em Macapá-AP, pelo relator foi informado que dos contatos mantidos com a Secretária de Justiça do Território Federal do Amapá, foi possível apresentar ao Conselho as Sugestões contidas no roteiro distribuído, o qual, entre outros temas aborda a adoção de medidas conjuntas para o combate à criminalidade na fronteira, assinatura de convênios afins, criação do Núcleo da Escola Penitenciária Nacional, visita à Colônia Agrícola e Industrial e, Conferências a serem proferidas pelos Conselheiros ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO e RENÉ ARIEL DOTTI, abordando respectivamente, os seguintes temas: "Anteprojeto da Parte Especial do Código Penal" e, "Atualidade e Perspectivas da Lei de Execução Penal no Brasil". A realização do evento foi proposta para o período compreendido entre 30 de novembro a 06 de dezembro. Ao concluir sugeriu fosse solicitado ao Ministério das Relações Exteriores, a indicação de um representante daquele órgão para participar dos trabalhos. **Decisão CNPCP:** pela aprovação unânime. c) Convênios - pelo Diretor-Geral do DEPEN foi relatado que dando sequência ao plano de ação estabelecido pelo Ministro PAULO BROSSARD, no sentido de dotar o País de uma Unidade Prisional por Estado, foram elaborados pelo DEPEN, Planos de Aplicação de Recursos ou Convênios, em torno de CZ\$ 3,8 bilhões de cruzados que serão liberados já, para a construção e reformulação de presídios nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Sergipe, Maranhão, Bahia e Território Federal do Amapá. Segundo o Relator, a ampliação ora mencionada gerará 5.755 vagas, o que representa em alguns Estados, 80% de expansão. Ao concluir informou que os convênios ora mencionados seriam assinados naquela tarde e que, dentro em breve, os Estados de Goiás, Minas Gerais e Ceará, seriam contemplados com providências similares. Face ao exposto o CNPCP transmitiu cumprimentos ao Relator pela eficiência e reconhecida competência à frente dos trabalhos que dirige. A vista da exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 131ª REUNIÃO, DE 25 DE JULHO DE 1988 (TARDE)

Às 15:00 do dia 25 de julho de 1988 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, RUY DA COSTA ANTUNES, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, ELOAR GUAZELLI, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. **Convidados presentes:** Doutores ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor da DIC/DEPEN-MJ. **I - Inspeção efetuada na Penitenciária CÂNDIDO MENDES - Ilha Grande/RJ** - Relator: Diretor da Divisão de Inspeção e Controle do DEPEN - Doutor EDSON RAIMUNDO